

**05 DE OUTUBRO DE 2020 – 10h30min**

**PRESENTES:** Presidente: Maria das Graças Figueiredo Saad, Conselheiros(as): Ana Seres Trento Comin, Carlos Eduardo Sanches, Christiane Kaminski, Clemencia Maria Ferreira Ribas, Décio Sperandio, Fabiana Cristina de Campos, Fátima Aparecida da Cruz Padoan, Flávio Vendelino Scherer, Jacir Bombonato Machado, Jacir José Venturi, João Carlos Gomes, Marli Regina Fernandes da Silva, Marise Ritzmann Loures, Oscar Alves, Ozélia de Fátima Nesi Lavina, Rita de Cássia Moraes, Sandra Teresinha da Silva e Taís Maria Mendes.

**I - Expediente**

- a) avisos e comunicações;
- b) indicações e proposições.
- c) distribuição dos processos.

**1) e-Prot: 16.912.168-10 e 16.912.278-4**

Int.: Sinepe/PR e Grupo Educacional Bom Jesus  
Mun.: Curitiba  
Ass.: Consulta sobre recuperação paralela e aulas de assistência.  
Rel.:

**2) e-Prot: 16.866.916-0**

Mun.: Curitiba  
Int.: Escola Como Viver Ltda. e Leila Letchacovski Zavelinski.  
Ass.: Solicitação de mais 30 (trinta) dias para dilação de prazo recursal e apresentação do recurso administrativo em face do Processo de Sindicância na Escola Como Viver - Educação Infantil e Ensino Fundamental.  
Rel.:

**3) e-Prot: 16.567.070-1**

Int.: Direção-Geral dos Colégios Positivo  
Mun.: Curitiba  
Ass.: Solicitação de permissão para utilização de assinatura com Certificação Digital na documentação escolar, para todas as Instituições de Ensino do Grupo Positivo, principalmente para o período da pandemia.  
Rel.:

**II - Ordem do dia**

01. Presença do Diretor-Presidente do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional (Fundepar), Senhor Alessandro da Silva Oliveira.

3 A nona (9ª) Reunião Ordinária do Conselho Pleno, referente a 30ª (trigésima) Sessão, foi  
4 realizada no dia 05 de outubro de 2020, a distância e por dispositivo eletrônico, com  
5 fundamento no artigo 7.º, § 2.º, inciso I, do Decreto Estadual n.º 4.230/2020, exarado pelo  
6 Governador do Estado do Paraná, em 16 de março de 2020, alterado, entre outros, pelo  
7 Decreto Estadual n.º 4.258, de 18 de março de 2020, que dispõe sobre as medidas para o  
8 enfrentamento da emergência de Saúde Pública de importância internacional decorrente  
9 do Novo Coronavírus – COVID-19. Em consonância com o artigo 7.º do primeiro Decreto,  
10 os titulares dos Órgãos e entidades compreendidos no artigo 1.º do mesmo ato legal  
11 poderão, após análise justificada da necessidade administrativa, e dentro da viabilidade  
12 técnica e operacional, suspender total ou parcialmente o expediente do Órgão ou  
13 entidade, assim como o atendimento presencial ao público, bem como instituir o regime  
14 de teletrabalho para servidores, resguardando, para manutenção dos serviços  
15 considerados essenciais, quantitativo mínimo de serviços em sistema de rodízio, através  
16 de escalas diferenciadas e adoções de horários alternativos. Com este embasamento, a  
17 Presidente do CEE/PR, **Maria das Graças Figueiredo Saad**, fez a chamada dos(as)

18 Conselheiros(as), constatou o número regimental e declarou aberta a referida Sessão,  
19 conduzindo-a de forma remota. Cumprimentou e agradeceu aos Conselheiros(as)  
20 presentes, a mim, Claudia Mara dos Santos, Secretária-Geral do CEE/PR, à Secretária da  
21 Presidência, Márcia Helena Kovalhuk, à Coordenadora da Assessoria Pedagógica, Izes  
22 Neira Kuchpil, às Assessorias Técnica, Pedagógica, Administrativa e Jurídica, às demais  
23 Coordenações e servidores do CEE/PR. Em seguida, a Presidente do CEE/PR deu as  
24 boas-vindas ao novo Diretor-Presidente do Instituto Paranaense de Desenvolvimento  
25 Educacional (Fundepar), senhor **Alessandro da Silva Oliveira** e comentou que mantinha  
26 constante diálogo com o ex-Presidente desse Instituto, Sr. José Maria Ferreira. Com a  
27 palavra, o Sr. Alessandro Oliveira falou dos anseios a curto, médio e longo prazo. Falou  
28 que trabalhava Na iniciativa privada, que é bem diferente. Ressaltou a qualidade técnica e  
29 de comprometimento dos servidores do Instituto Paranaense de Desenvolvimento  
30 Educacional (Fundepar) e relatou que assumir o cargo em meio a uma pandemia é  
31 desafiador, contudo, pretende fazer o melhor. Informou que havia vários assuntos que  
32 estavam parados e que primeiramente realizou um trabalho de identificação dessas  
33 questões. Nos primeiros meses, foram feitas ações previstas na Lei Orçamentária Anual  
34 (LOA). Entende a necessidade de resolver várias situações como acessibilidade,  
35 bibliotecas e laboratórios. Nesse sentido, tem conversado com o Secretário de Estado da  
36 Educação e do Esporte (Seed), Renato Feder, com o Diretor-Geral da Seed, Gláucio Dias,  
37 e com a Diretora de Planejamento e Gestão Escolar, Adriana Kampa. Sabe que há  
38 escolas com mais ou com menos problemas e que precisa ser definido onde será gasto o  
39 recurso, tanto financeiro como de pessoal. Colocou-se à disposição de todos para  
40 trabalhar em prol da melhoria da Educação. Com a palavra, a Presidente do CEE/PR,  
41 agradeceu e disse que o Diretor-Presidente Alessandro da Silva Oliveira elencou os  
42 problemas que mais afligem este Colegiado, em decorrência da necessidade de a  
43 regulação das escolas precisar estar em consonância com a Deliberação n.º 03/2013-  
44 CEE/PR. Destacou também que há escolas que estão há 20 anos com a situação  
45 irregular, por não possuir todos os itens exigidos na referida Deliberação. Explicou que o  
46 CEE/PR autoriza o funcionamento do estabelecimento de ensino e diminui o prazo de  
47 credenciamento de cinco para três ou dois anos, conforme o problema. Contudo, há  
48 escolas em que as deficiências nunca são resolvidas. Diante do exposto, reafirmou que  
49 estas precisam ser colocadas como prioridades. Relatou, ainda, que o Fundepar sempre  
50 retornava o Parecer com a mesma informação, que no prazo de dez anos seria atendida a  
51 demanda. Em atenção às colocações da Presidente do CEE/PR, o Diretor-Presidente do  
52 Fundepar informou que também estava participando da reunião remota a Chefe de  
53 Gabinete, Sra. Karina Ayumi Tanno, e esclareceu que os atendimentos às demandas é  
54 feito pela Seed. Informou também que havia muitas ações iniciadas e poucas finalizadas.  
55 Nesse sentido, apontou não ser produtivo haver dez projetos incompletos. Com a palavra,  
56 a Conselheira Taís Maria Mendes questionou quais seriam os projetos que estão parados  
57 e se há projetos que atendem às condições das escolas quanto à internet, haja vista que  
58 esta é extremamente precária, sobretudo nos municípios do interior. Também mencionou  
59 a questão do Registro de Classe Online (RCO), pois os professores utilizam os próprios  
60 celulares para fazer o registro. Nesse sentido, frisou que o Estado precisa dar condições e  
61 ferramentas de trabalho aos professores. Também mencionou sobre a dificuldade da  
62 implementação do Novo Ensino Médio, em decorrência da precária infraestrutura das  
63 escolas. A Conselheira ressaltou ainda que precisa atender o disposto na lei. Citou como  
64 exemplo a dualidade administrativa. Com o aumento da carga horária para o Ensino  
65 Médio, precisa ter novas unidades escolares, caso contrário não será possível atender à  
66 legislação. Ressaltou que há escolas em situações muito precárias, com salas de  
67 madeiras ainda, o contexto é bem desafiador. Falou sobre a questão das aulas remotas,  
68 que continuam sendo tratadas como se fossem presenciais. Nesse contexto, também é  
69 necessário ofertar as ferramentas para o desenvolvimento do trabalho docente e a  
70 aprendizagem dos alunos. Informou que já foi diretora de escola e sabe quão desafiador é  
71 manter seu funcionamento. O Diretor-Presidente do Fundepar esclareceu que as

72 questões inerentes à internet são demandas exclusivas da Seed. Quanto às novas  
73 unidades escolares, era necessário aguardar o empenho do recurso, tanto estadual  
74 quanto federal. Informou que houve situações em que para agilizar e conseguir fazer o  
75 edital até 10 de outubro, foi utilizado apenas recurso estadual. Estão sendo feitas novas  
76 unidades, uma em Ortigueira e outra em Mandirituba (para esta unidade nova havia sido  
77 destinado recurso federal também, mas foi utilizado somente o estadual com vistas a  
78 agilizar os encaminhamentos necessários). Além disso, há dois processos em andamento  
79 na Procuradoria-Geral do Estado, que deve retornar ao Fundepar esta semana, referentes  
80 às unidades escolares de Fazenda Rio Grande e Araucária. O Sr. Alessandro Oliveira  
81 afirmou que tem mantido diálogo com a Procuradoria-Geral do Estado (PGE), e que o  
82 objetivo era publicar 180 editais até o final do ano. Declarou ainda sobre a recuperação de  
83 colégios em Paranaíba, Manoel Ribas (Escola Indígena), Cascavel (Escola Wilson Joffre)  
84 dentre outras. São cerca de 40 projetos para este ano, referentes à ampliação,  
85 recuperação, reformas e unidades novas. O Objetivo é que todas estas iniciativas sejam  
86 realizadas ainda em 2020, para deixar pronto para o retorno às aulas. Informou que na  
87 LOA de 2021 estão previstas quatro ou cinco novas escolas, e que é a Seed quem define  
88 as prioridades. Relatou que tem sido feito um trabalho conjunto entre aquela Pasta e o  
89 Fundepar. Quanto à internet, solicitou que a Diretora Adriana Kampa, que entrou na  
90 reunião online neste momento, esclareça a questão levantada pela Conselheira Taís  
91 Maria Mendes quanto à internet. A Presidente do CEE/PR deu as boas-vindas à Diretora e  
92 passou-lhe a palavra. A Sra. Adriana Kampa disse que foi diretora por três gestões e que  
93 a questão da internet é complexa. Explicou que fizeram a contratação da Copel, que era a  
94 única que ofertava banda larga com qualidade para realizar cabeamento para todas as  
95 escolas. Esclareceu que a Assessoria de Tecnologia está fazendo um levantamento nas  
96 escolas que receberam o recurso para verificar a situação. A Conselheira Taís Maria  
97 Mendes questionou se as unidades novas estão sendo construídas em substituição  
98 àquelas que funcionam em dualidade administrativa. Citou também a questão de os  
99 professores terem que utilizar os seus recursos próprios para atender aos alunos, pois há  
100 docentes que estão comprando equipamentos tecnológicos para conseguirem ministrar  
101 aula. Em seguida, retomou a questão da implementação do Novo Ensino Médio, que  
102 demandará maior infraestrutura nas escolas. A Diretora Adriana Kampa informou que, em  
103 relação ao Ensino Médio, o Diretor de Educação, Sr. Roni Miranda Vieira, está fazendo o  
104 acompanhamento das condições necessárias para sua melhor implementação. Em  
105 relação às novas unidades, explicou que são escolas com demanda reprimida, que é o  
106 caso do colégio de Alagoinha, município de Mandirituba, que não tem como atender a  
107 etapa do Ensino Médio por funcionar em dualidade com a prefeitura. Outro exemplo é a  
108 escola de Ortigueira/PR, que por haver novas habitações no entorno, demandou a  
109 necessidade de construção de novas unidades para atender à população. O planejamento  
110 é constante para que as escolas possam ter todos os recursos assistivos. Nesse sentido,  
111 o Diretor-Presidente do Fundepar ressaltou que não adianta ter escola com boa  
112 infraestrutura se não houver cabeamento para internet. A Conselheira Taís Maria Mendes  
113 lembrou que a gestão precisa ser democrática e a comunidade escolar precisa ser  
114 escutada. Com a palavra, o Conselheiro Jacir Bombonato Machado informou que as  
115 prefeituras estão preocupadas em relação ao custeio extra com o transporte escolar.  
116 Nesse sentido, questionou se está sendo realizado estudo em relação ao transporte da  
117 Rede Estadual em parceria com os municípios. A Diretora Adriana Kampa esclareceu que  
118 a Seed está preocupada com o retorno gradativo às aulas e, conseqüentemente, com a  
119 questão do transporte escolar. Informou que para garantir a higienização e o  
120 distanciamento está sendo feito um planejamento e que os meios hoje disponibilizados  
121 (aula remota/material impresso) continuarão sendo ofertados concomitante com as aulas  
122 presenciais. O Diretor-Presidente complementou dizendo que existe legislação para o  
123 valor a ser repassado aos municípios em relação ao transporte escolar e que leva em  
124 consideração o custo do ano anterior. Diante disso, mostrou-se preocupado pelo fato de o  
125 custo para o ano vindouro ser maior e o custo deste ano ter sido menor. Informou que

126 estão fazendo estudos para aumentar recursos para suprir a nova demanda. Soma-se a  
127 isso a necessidade de higienizar todos os veículos e de não poder ter dois alunos no  
128 mesmo banco. Crê que o ideal não é que 100% dos alunos retornem ao mesmo tempo. A  
129 situação é complexa porque para o próximo ano haverá um aumento no valor por aluno,  
130 mas a priori, segundo a legislação, há uma diminuição no valor do recurso a ser  
131 repassado. O trabalho está sendo árduo, ressaltou que o questionamento feito pelo  
132 Conselheiro Jacir Bombonato Machado foi muito pertinente e que estão aguardando um  
133 posicionamento em relação ao cálculo do novo repasse. O referido Conselheiro lembrou  
134 sobre a necessidade de esperar o término das eleições para dialogar com os novos  
135 prefeitos quanto à demanda do transporte escolar. Nesta esteira, a Diretora Adriana  
136 Kampa ressaltou que a possível volta às aulas foi amplamente discutida e as famílias  
137 precisam optar e os prefeitos terão que atender. Destacou que é necessário analisar quais  
138 regiões poderão retornar gradativamente e isso está atrelado ao que a Secretaria de  
139 Estado da Saúde (Sesa) definir. Com a palavra, o Conselheiro Oscar Alves se apresentou  
140 como Presidente da Câmara do Ensino Médio e da Educação Profissional Técnica de  
141 Nível Médio (Cemep) e disse que ficou muito satisfeito com as colocações do Diretor-  
142 Presidente do Fundepar e com a presença da Diretora Adriana Kampa nesta reunião, o  
143 que indica um estreito relacionamento entre os órgãos. Na sequência, explicou que o  
144 Colegiado precisa cumprir e fazer cumprir a legislação. Assim, o CEE/PR baixou normas  
145 em consonância com as normativas exaradas pelo Conselho Nacional de Educação  
146 (CNE). Informou que até pouco tempo havia problemas seríssimos, como laudo da  
147 Vigilância Sanitária e do Corpo de Bombeiros. Este foi resolvido com a instituição das  
148 Brigadas Escolares, o que foi um avanço extraordinário. O outro, foi solucionado quando a  
149 Sesa alterou a resolução e permitiu que houvesse o laudo provisório de Vigilância  
150 Sanitária para escolas com baixo risco. Agora há uma situação fundamental, que são os  
151 laboratórios. Por isso, há um número elevado de Diligências à Seed relativas às escolas  
152 que não possuem laboratórios para que haja credenciamento desses estabelecimentos no  
153 Sistema Estadual de Ensino. Nesse sentido, questionou como haverá o reconhecimento  
154 do curso se não há laboratórios. O CEE/PR tem passado por cima de muitas exigências.  
155 Destacou também a questão do ensino híbrido, que exige muito mais da escola por ter  
156 que ofertar equipamentos e acesso à internet. Com a pandemia, o CEE/PR normatizou  
157 para as escolas terem atividades não presenciais. Também informou que a questão da  
158 acessibilidade é uma Lei Federal que não pode ser retardada. Sabe que são muitas  
159 situações e que tudo é urgente. Lembrou que durante a gestão da Conselheira Ana Seres  
160 Trento Comin, como Secretaria de Estado de Educação, foi feito um levantamento para  
161 estabelecer prioridades. O orçamento é multianual (quatro anos), mas também segue a  
162 Lei Orçamentária Anual (LOA). Ressaltou que o orçamento é a última parte do  
163 planejamento porque reflete os detalhes necessários já estabelecidos. Parabenizou a  
164 todos(as) pelo trabalho que está sendo desenvolvido. Na sequência, o Diretor-Presidente  
165 do Fundepar ressaltou que os problemas não são simples e a resolução é de longo prazo,  
166 mas pretende deixar a estrada preparada para que os seus sucessores deem  
167 continuidade ao trabalho. Há demandas imediatas, como as de acessibilidades. Para  
168 dinamizar a solução para esta demanda, uma opção seria fazer rampa com estrutura  
169 metálica para atender mais rapidamente às escolas. Com a palavra, a Diretora Adriana  
170 Kampa agradeceu a oportunidade de participar da Reunião e ter conhecimento dos  
171 problemas elencados e ressaltou que o objetivo é resolver as defasagens. Citou que as  
172 Brigadas Escolares, além de propiciarem às escolas a certificação exigida, ajudam a  
173 comunidade a ter conhecimento sobre o assunto. Outra demanda importante que está  
174 sendo trabalhada refere-se à regularização dos imóveis, para que tenham melhor  
175 infraestrutura. Também estão sendo realizados planejamentos para melhorar laboratórios  
176 de informática e bibliotecas, não com medidas paliativas, mas permanentes. Agradeceu a  
177 atenção de todos(as) e colocou-se à disposição para participar de outras Reuniões  
178 Plenárias. O Conselheiro Jacir José Venturi mencionou que existem muitas demandas a  
179 serem solucionadas, principalmente em relação aos laboratórios de Ciências, Biologia,

180 Física, Química e Informática. São cerca de 800 escolas que necessitam de atendimento.  
181 Nesse sentido, sugere estabelecer uma Comissão que envolva o CEE/PR, a Seed e o  
182 Fundepar para estudar essa situação, haja vista que todo mês o CEE/PR envia processos  
183 à Seed em Diligências, com demandas que não são atendidas. Acredita que o laboratório  
184 móvel pode ser uma opção para complementar o físico. A Conselheira Sandra Teresinha  
185 da Silva disse ser muito bom poder discutir a questão da infraestrutura das escolas e  
186 deseja que o Diretor-Presidente Alessandro da Silva Oliveira tenha muito êxito em seu  
187 trabalho. Também declarou ter ficado feliz com o reconhecimento dele em relação à  
188 competência técnica dos servidores daquele órgão. Entende que muitas ações não  
189 acontecem por questões de gestão e de política. Hoje, a prioridade do CEE/PR é a  
190 situação dos laboratórios. Sabe que essa situação não será resolvida rapidamente, mas  
191 faz-se necessário um cronograma para que o CEE/PR saiba quando a instituição será  
192 atendida. A Conselheira Sandra Teresinha da Silva ressaltou ainda que, ou o CEE/PR  
193 nega o ato regulatório ou a Seed encaminha um cronograma para que o CEE/PR tenha  
194 ciência da provável data para o atendimento da demanda. Frisou que sem o ato  
195 regulatório, as escolas não podem certificar os alunos. Na sequência, comentou que para  
196 implantação do novo Ensino Médio, o CEE/PR pontuou alguns elementos necessários  
197 para realizar o diagnóstico, por exemplo: ao aumentar a carga horária de 800 horas para  
198 1.000 horas, há a necessidade de acréscimo de recursos, de formação de todos os  
199 docentes do Ensino Médio e da reformulação da infraestrutura de todas as instituições de  
200 ensino. Terá que ter laboratório até 2022 para atender aos Itinerários Formativos. Com a  
201 palavra, a Diretora Adriana Kampa informou que o cronograma será feito e que está  
202 acompanhando a questão do Ensino Médio. Neste sentido, ressaltou que estão  
203 trabalhando para melhorar as ações que precisam ser feitas. Frisou que pretende  
204 executar da melhor forma possível o cronograma proposto. Trabalhou em escola até  
205 agosto deste ano e sabe o quão importante é estar tudo regularizado. O Diretor-  
206 Presidente do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional (Fundepar) disse  
207 que todos estão focados no mesmo objetivo e que ficou claro que os laboratórios são um  
208 ponto importantíssimo. Disse que haverá pedras no meio do caminho, mas que os  
209 problemas têm que ser solucionados. A Presidente do CEE/PR, Maria das Graças  
210 Figueiredo Saad agradeceu a presença do Diretor-Presidente do Fundepar, Alessandro da  
211 Silva Oliveira, e almejou que os objetivos sejam alcançados, pois são também de  
212 interesse do CEE/PR e dos alunos da Rede Pública Estadual de Ensino. O Sr. Alessandro  
213 a Silva Oliveira, mais uma vez agradeceu a oportunidade de discutir os assuntos  
214 pertinentes à melhoria da infraestrutura das escolas e colocou-se à disposição para  
215 participar de outras reuniões deste Colegiado. Com a palavra, o Conselheiro Flávio  
216 Vendelino Scherer lembrou que hoje é dia mundial do professor, conforme proposição  
217 feita pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura  
218 (Unesco), que está fazendo uma proposta de valorização desses profissionais. Em  
219 continuidade, e resgatando a questão referente à concessão de professor de apoio para o  
220 aluno de 11 anos, o Conselheiro Flávio Vendelino Scherer questionou como o CEE/PR se  
221 posicionará sobre o novo Decreto do Presidente em relação à questão de inclusão. Nesse  
222 sentido, o Conselheiro Carlos Eduardo Sanches mencionou que se o Decreto ficar em  
223 vigência, precisará realizar um cotejamento daquele ato normativo com a Deliberação do  
224 CEE/PR porque há conflitos entre os documentos, sendo necessária uma análise mais  
225 detalhada. Na sequência, a Presidente do CEE/PR comentou que a Conselheira Marli  
226 Regina Fernandes da Silva está fazendo um trabalho conjunto com a Conselheira Ozélia  
227 de Fátima Nesi Lavina e farão um relatório sobre as escolas públicas do Paraná. Em  
228 continuidade, retomou a solicitação feita pelo presidente do Foncede (Ofício n.º 76/2019-  
229 2020) em relação à indicação de um representante para o Comitê Permanente para  
230 acompanhar a Educação Básica. Em decorrência do acúmulo de trabalho inerente à  
231 função de Presidente do CEE/PR, informou sobre a dificuldade de sua participação.  
232 Contudo, como os Conselheiros informaram sobre a indisponibilidade de tempo, a  
233 Presidente disse então que faria parte. Após, informou sobre o recebimento do Ofício n.º

234 188/2020-MP, pelo qual o Ministério Público solicitou atas das reuniões de junho e julho,  
235 as quais já foram encaminhadas. Na sequência, deu início à distribuição dos processos.  
236 Os protocolados n.º 16.912.168-10 e 16.912.278-4, de interesse do Sindicato dos  
237 Estabelecimentos Particulares de Ensino do Estado do Paraná (Sinepe/PR) e Grupo  
238 Educacional Bom Jesus, município de Curitiba, referente à consulta sobre recuperação  
239 paralela e aulas de assistência, foi sorteado à Conselheira Fabiana Cristina de Campos.  
240 O Protocolado n.º 16.866.916-0, de interesse da Escola Como Viver Ltda. e de Leila  
241 Letchacovski Zavelinski, município de Curitiba, referente à solicitação de 30 (trinta) dias  
242 para dilação de prazo recursal e apresentação de recurso administrativo em face do  
243 Processo de Sindicância na Escola Como Viver - Educação Infantil e Ensino  
244 Fundamental, foi sorteado à Conselheira Ana Seres Trento Comin. O Protocolado n.º  
245 16.567.070-1, de interesse da Direção-Geral dos Colégios Positivo, município de Curitiba,  
246 referente à solicitação de permissão para utilização de assinatura com Certificação Digital  
247 na documentação escolar, para todas as Instituições de Ensino do Grupo Positivo,  
248 principalmente para o período da pandemia, foi sorteado ao Conselheiro Jacir Bombonato  
249 Machado. Na sequência, a Conselheira Marli Regina Fernandes da Silva apresentou as  
250 ações da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) em 319  
251 municípios paranaenses. Também comentou sobre as pesquisas feitas pela Undime  
252 Nacional e pela Undime do Paraná sobre as dificuldades das atividades remotas. Após a  
253 apresentação da referida Conselheira que também mencionou sobre a necessidade de  
254 homologação da implementação do Referencial Curricular pelos municípios, os  
255 Conselheiros Oscar Alves e Flávio Vendelino Scherer questionaram o referido  
256 procedimento, haja vista que todos os municípios aderiram, que a implementação é  
257 obrigatória e que a Seed já homologou a Deliberação referente ao assunto em tela. Em  
258 relação a esses apontamentos postos pelos referidos Conselheiros, a Conselheira Marli  
259 Regina Fernandes da Silva informou que a Seed solicitou aos municípios um Parecer final  
260 de adesão ao Referencial Curricular. O Conselheiro Oscar Alves informou que os  
261 dezenove municípios que têm sistema próprio de ensino já aderiram. Foi uma  
262 formalização da adesão. A esse respeito, a Conselheira Sandra Teresinha da Silva  
263 manifestou-se dizendo que foi criada uma norma desnecessária, haja vista que apenas os  
264 municípios que possuem sistema próprio precisavam aderir. Na sequência, a Conselheira  
265 Ozélia de Fátima Nesi Lavina apresentou o trabalho realizado na rede municipal e  
266 estadual de ensino desde 2017. Dentre as ações realizadas, mencionou o Currículo da  
267 Rede Estadual Paranaense (CREP), que complementa o Referencial Curricular do  
268 Paraná: princípios, direitos e orientações, trazendo conteúdos essenciais para cada  
269 componente curricular, em cada ano do Ensino Fundamental, e sugestões de distribuição  
270 temporal dos conteúdos nos trimestres ao longo do ano. Essa organização visa a  
271 fortalecer o apoio didático ao processo de ensino-aprendizagem, trazendo maior clareza  
272 dos conteúdos que darão suporte para o desenvolvimento dos objetivos de  
273 aprendizagem, assim como consolidar o trabalho na rede estadual de ensino. Os  
274 conteúdos expressam os conhecimentos que o estudante deve ter se apropriado para  
275 prosseguir no seu percurso escolar, atingindo os objetivos de aprendizagem indicados no  
276 Referencial. Na sequência, falou ainda sobre o programa de formação Conexão Professor  
277 em Ação, que pretende utilizar o momento da hora-atividade concentrada para trazer  
278 reflexões teóricas e encaminhamentos práticos para o desenvolvimento das atividades  
279 das disciplinas do currículo. A formação, que será conduzida pelos técnicos pedagógicos  
280 da Secretaria de Estado da Educação do Paraná e pelos Núcleos Regionais de  
281 Educação, ocorrerá em três momentos, totalizando 20 horas: a) presencial (4 horas) -  
282 oficinas disciplinares com os técnicos pedagógicos; b) ação (12 horas) - estudo, aplicação  
283 na escola e reflexão, com postagem no ambiente EaD; c) encontro presencial (4 horas) -  
284 gerido pelo próprio grupo, com liderança de um professor cursista. A Conselheira Ozélia  
285 de Fátima Nesi Lavina comentou que o Presidente do Foncede, Conselheiro Osvaldir  
286 Ramos, fez menção aos diversos municípios do Paraná que estão com dificuldades  
287 quanto à implementação do Referencial Curricular e sugeriu a criação de uma Comissão

288 de acompanhamento. Nesse sentido, convidou a Conselheira Marli Regina Fernandes da  
289 Silva para fazer parte da referida Comissão, caso a Presidente do CEE/PR, Maria das  
290 Graças Figueiredo Saad considerasse pertinente sua constituição. Na percepção da  
291 Conselheira Ozélia de Fátima Nesi Lavina, a Comissão seria importante na medida em  
292 que passaria dados atualizados para o Ministério da Educação (MEC), uma vez que os  
293 dados encontram-se defasados. Sobre isso, a Presidente do CEE/PR mencionou que  
294 outros Estados comentaram sobre a incoerência dos dados. Também questionou se a  
295 Conselheira Ozélia de Fátima Nesi Lavina não é articuladora e se não foi constituída  
296 Comissão sobre esse assunto na Seed. Em resposta, a Conselheira Ozélia de Fátima  
297 Nesi Lavina informou que é articuladora do CEE/PR nos Conselhos Municipais de  
298 Educação. Em continuidade, informou que o Currículo da Rede Estadual Paranaense  
299 (CREP) está sendo colocado para consulta pública e que poderiam fornecer dados  
300 atualizados sobre o Referencial Curricular. No entendimento da Presidente do CEE/PR é  
301 desnecessária a formação de Comissão para acompanhamento do Referencial Curricular,  
302 haja vista que a Conselheira Marli Regina Fernandes da Silva já socializa os dados  
303 referentes aos municípios, a Conselheira Ozélia de Fátima Nesi Lavina representa as  
304 escolas estaduais e o Conselheiro Jacir Bombonato Machado também contribui com  
305 várias informações sobre questões ligadas aos municípios paranaenses. Contudo, caso  
306 algum Conselheiro ache necessário, pode se manifestar. Nesse sentido, a Conselheira  
307 Ozélia de Fátima Nesi Lavina acredita que se a Presidente acha desnecessária a  
308 constituição da referida Comissão, não há problemas. Pede, porém, que caso seja  
309 questionada sobre dados relativos ao Referencial Curricular, tais questionamentos sejam  
310 realizados formalmente. Na sequência, a Conselheira Sandra Teresinha da Silva  
311 agradeceu às Conselheiras Ozélia de Fátima Nesi Lavina e Marli Regina Fernandes da  
312 Silva por mostrarem como está a implantação da BNCC - Ensino Fundamental na rede  
313 pública de ensino. Gostaria de saber como está ocorrendo essa implantação na rede  
314 privada. Com a palavra, o Conselheiro Jacir José Venturi informou que a referida  
315 implantação está ocorrendo de forma tranquila, com base no que o Sindicato dos  
316 Estabelecimentos Particulares de Ensino do Estado do Paraná repassou às escolas.  
317 Frisou que são mais de 1.800 escolas que constituem a rede particular. Sobre isso, o  
318 Conselheiro Oscar Alves sugere fazer um relatório referente ao assunto, o qual deve  
319 contemplar as duas redes de ensino. Em relação a essa sugestão, o Conselheiro Jacir  
320 José Venturi manifestou-se dizendo que solicitará informações à Presidente do Sindicato  
321 dos Estabelecimentos Particulares de Ensino do Estado do Paraná (Sinepe). A  
322 Conselheira Sandra Teresinha da Silva considerou relevante, pois precisam saber como  
323 está na rede privada também. Isto posto, a Conselheira Ozélia de Fátima Nesi Lavina  
324 questionou sobre a possibilidade de esse relatório ser apresentado na Reunião Plenária  
325 de novembro. O Conselheiro Jacir José Venturi disse que não depende diretamente dele,  
326 mas espera que sim. Em continuidade, a Conselheira Clemencia Maria Ferreira Ribas  
327 parabenizou as Conselheiras Ozélia de Fátima Nesi Lavina e Marli Regina Fernandes da  
328 Silva pelo trabalho em relação à Educação Fundamental. Na sequência, a Conselheira  
329 Taís Maria Mendes fez menção ao Currículo da Rede Estadual Paranaense (CREP)  
330 quanto à necessidade de garantir a especificidade local, e esse documento não traz isso.  
331 A orientação dos Projetos Político-pedagógicos (PPP) é seguir o CREP, contudo, acredita  
332 ser desnecessário esse Currículo, pois já existe normativa. Segundo a Conselheira, a  
333 escola perdeu autonomia. Sobre esse ponto, a Conselheira Ozélia de Fátima Nesi Lavina  
334 questionou em que momento o CREP mitiga a autonomia da escola e esclareceu que  
335 dentro do Registro de Classe Online (RCO), há o campo “Outros”, em que possibilita a  
336 inserção daquilo que está sendo trabalhado, e no campo “Observações”, de como está  
337 sendo trabalhado. A Conselheira Taís Maria Mendes mencionou que há questionamentos  
338 sobre o PPP e a Proposta Pedagógica Curricular (PPC). Nada mais havendo a tratar, a  
339 Presidente do CEE/PR agradeceu a presença de todos(as) e encerrou a Sessão às  
340 12h40min.

A presente Ata é registro fiel do ocorrido na reunião acima identificada e foi lavrada por

mim, Claudia Mara dos Santos, Secretária-Geral do CEE/PR, que assino com a Senhora Presidente e os(as) Senhores(as) Conselheiros(as).

341 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA/CP – 30ª Sessão – Outubro/2020.